

12 de janeiro – CCB – 14:45

Senhor Presidente da ASF, caro Gabriel, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É um grande prazer estar hoje convosco na conferência anual da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Permitam-me começar por felicitar a ASF pelo trabalho consistente que tem desenvolvido na promoção da estabilidade, da confiança e da proteção dos segurados e beneficiários em Portugal — pilares essenciais para qualquer sistema sólido.

Reunimo-nos num momento particularmente importante.

A Europa vive uma profunda transformação demográfica, económica e financeira, a par de mudanças geopolíticas profundas.

Vivemos mais e melhor — um sucesso coletivo —, mas enfrentamos também mercados de trabalho mais fragmentados, carreiras menos lineares e uma pressão crescente sobre os sistemas públicos de pensões.

É neste contexto que a reflexão sobre as pensões deixa de ser apenas um debate técnico e passa a ser uma questão central de cidadania, de bem-estar e de prosperidade partilhada. E uma questão política da maior importância.

- Pensões como instrumento de consciencialização e criação de riqueza –

Gostaria de começar com uma ideia simples, mas fundamental: falar de pensões é falar de consciência financeira e de criação de riqueza ao longo da vida.

Os sistemas públicos de pensões, assentes maioritariamente no princípio da repartição — o chamado primeiro pilar — continuarão a ser a base essencial da proteção social na Europa, como em Portugal. Esse compromisso é claro e não está em causa.

Mas sabemos que, por si só, os sistemas públicos dificilmente garantirão níveis de rendimento adequados na reforma para todos, sobretudo num contexto de envelhecimento populacional.

As pensões complementares, ocupacionais e pessoais, permitem aos cidadãos diversificar fontes de rendimento, reduzir riscos e ganhar maior autonomia financeira no futuro.

Mais do que produtos financeiros, são instrumentos de planeamento de vida. E quanto mais cedo esta consciência existir, maiores serão os benefícios — mesmo quando as contribuições são pequenas, desde que regulares.

Assim, criar esta consciência é essencial. São muitos os cidadãos que não sabem quanto irão receber na reforma, não compreendem as diferenças entre os vários pilares do sistema, ou adiam decisões por falta de informação clara e comparável. Esta falta de visibilidade sobre o futuro leva muitas pessoas a não poupar de todo — ou a começar muito tarde.

Mas o impacto das pensões complementares vai muito além do indivíduo.

Reforçar estes regimes desempenha também um papel estratégico no financiamento da economia real.

Investir para a reforma é, por definição, um investimento de longo prazo na economia. Um investimento que começa com um gesto simples — colocar dinheiro de parte — e que se transforma num catalisador de inovação, crescimento empresarial, criação de emprego e aumento da produtividade.

Ao poupar para a sua própria reforma, cada cidadão está também a contribuir para financiar a economia de hoje e a criar oportunidades para as gerações futuras.

Um sector europeu de pensões complementares mais dinâmico pode fornecer capital estável e previsível para projetos essenciais e estratégicos: da transição energética e digital, do reforço da capacidade de defesa e segurança, até às redes de transportes, e a infraestruturas sociais como hospitais, escolas ou habitação acessível.

Apesar disso, a adesão a regimes de pensões complementares na maioria dos países da União Europeia continua muito baixa. Apenas cerca de 20% dos europeus participam num regime de pensões ocupacionais e apenas 18% detêm um produto de pensão pessoal. Estes números mostram claramente que temos de fazer mais — e melhor.

- A ação europeia: três pilares — procura, oferta e incentivos

Foi precisamente para responder a estes desafios que a Comissão Europeia apresentou recentemente o seu pacote sobre pensões complementares, no âmbito da União da Poupança e dos Investimentos.

A nossa abordagem assenta em três eixos complementares:

1. Estimular a procura, aumentando a consciencialização e a participação dos cidadãos;

2. Reforçar a oferta, tornando os produtos de pensões mais eficientes, transparentes e verdadeiramente europeus;
3. Criar os incentivos certos, tanto para cidadãos como para empregadores e instituições financeiras.

O objetivo é claro: facilitar — e promover — a decisão de poupar para a reforma, complementando os sistemas públicos e respeitando plenamente as competências nacionais nesta matéria.

- Procura: informação, transparência e participação

Permitam-me, por isso, aprofundar um pouco mais o primeiro eixo. Ele é decisivo para o sucesso de qualquer reforma em matéria de pensões. Mesmo o melhor produto ou o melhor enquadramento regulamentar falha se não for compreendido e apropriado pelos cidadãos.

Existe ainda um desfasamento significativo entre os sistemas de pensões e a perceção que os cidadãos têm deles. Para muitos europeus, as pensões continuam a ser vistas como algo distante, complexo ou reservado a especialistas.

Reduzir este desfasamento é uma condição essencial para aumentar a participação e a confiança, bem como para reduzir a dependência exclusiva do sistema público.

No lado da procura, começamos pelo mais básico: conhecer o atual ponto de situação.

A realidade é que, hoje, muitos europeus não conseguem perceber claramente a que terão direito quando chegarem à reforma. Não sabem quanto já acumularam, nem quanto podem esperar receber, e esta falta de visibilidade mina a confiança nos sistemas de pensões e leva à inação ou ao adiamento de decisões essenciais.

Por isso, recomendamos a criação de sistemas de acompanhamento de pensões — plataformas digitais que permitam aos cidadãos acompanhar os seus direitos acumulados e benefícios projetados, idealmente reunindo informação de diferentes regimes e prestadores, incluindo as pensões públicas (*pension tracking systems*, em inglês).

Complementarmente, propomos painéis de acompanhamento das pensões — ou *pension dashboards* — a nível nacional, com indicadores claros sobre cobertura, adequação, sustentabilidade e impactos orçamentais.

Estes instrumentos reforçam a confiança dos cidadãos e apoiam os decisores públicos, permitindo políticas baseadas em evidência e comparações úteis entre Estados Membros.

Um terceiro elemento essencial são as “inscrições automáticas” – o chamado *autoenrolment* - em regimes de pensões complementares, sempre com liberdade de saída.

As inscrições automáticas ajudam a ultrapassar a tendência natural para adiar decisões sobre a reforma, garantindo que mais pessoas começam a poupar mais cedo e de forma mais regular — sempre com pleno respeito pela liberdade individual.

Onde já foram implementadas na Europa, revelaram-se extremamente eficazes: aumentam significativamente as taxas de participação e melhoram a adequação das pensões, com benefícios claros para a prosperidade dos cidadãos e para a sua qualidade de vida na reforma.

A evidência mostra ainda que, uma vez inscritos, a maioria dos cidadãos opta por permanecer nos regimes complementares em que foram integrados.

- Oferta: produtos mais eficientes, integrados e confiáveis

Passemos agora ao segundo eixo: a oferta.

Aqui, a ambição europeia é clara — criar um ecossistema de pensões complementares que seja eficiente, escalável, transparente e alinhado com os objetivos de longo prazo dos cidadãos.

A fragmentação excessiva, a complexidade desnecessária e a falta de comparabilidade entre produtos são obstáculos reais à adesão e ao desempenho.

Superá-los exige não apenas legislação, mas também supervisão eficaz, inovação responsável e um diálogo permanente entre autoridades e sector.

Estimular a procura não basta. É preciso garantir que a oferta está à altura.

No domínio das pensões ocupacionais, propusemos a revisão do quadro aplicável às Instituições de Realização de Planos de Pensões Profissionais — IORP.

Atualmente, muitos regimes IORP continuam demasiado pequenos e fragmentados. Cerca de 80% dos fundos de pensões na União Europeia gerem menos de mil milhões de euros em ativos e cerca de um terço tem menos de 25 milhões de euros sob gestão. Esta fragmentação limita economias de escala, aumenta custos e restringe a capacidade de investimento de longo prazo.

Com esta revisão, queremos mudar esse cenário. Ao remover barreiras à consolidação, ajudamos os regimes a operar de forma mais eficiente, a reduzir custos e a investir de forma mais estratégica no longo prazo, aumentando os retornos para os beneficiários.

Em paralelo, reforçamos a transparência e a informação prestada aos participantes, fortalecendo a confiança nos regimes ocupacionais.

No que respeita às pensões pessoais, o terceiro pilar, avançámos com a revisão do Produto Individual de Reforma PanEuropeu — o PEPP.

O objetivo é torná-lo mais atrativo, mais simples e verdadeiramente europeu, oferecendo flexibilidade aos prestadores, mantendo padrões elevados de proteção do investidor, transparência e controlo de custos.

Um PEPP mais funcional pode ser uma ferramenta poderosa para trabalhadores móveis, independentes ou com carreiras transfronteiriças — uma realidade cada vez mais comum.

O sector privado tem um papel fundamental nesta dimensão: a oferta de produtos adequados, que respondem às necessidades dos cidadãos e com custos justos e equilibrados, é essencial para aumentar a adesão dos futuros pensionistas e reforçar a sua confiança no sistema.

Impor por via legislativa a adequação dos produtos não é necessariamente a melhor abordagem, e as propostas que fizemos visam remover alguns elementos dos produtos – em particular o PEPP – que os tornavam menos apetecíveis para a indústria.

Aumentar a oferta de produtos adequados é mais eficaz para atrair e reter investimento e isso depende sobretudo do sector privado.

- Prudent Person Principle: investir melhor para o longo prazo

Um elemento transversal a todo o sistema é a forma como os ativos das pensões são investidos. Por isso, a Comissão adotou também uma clarificação do princípio do gestor prudente.

A mensagem é clara: investir de forma prudente não significa evitar o risco a todo o custo, mas geri-lo adequadamente no horizonte de longo prazo das pensões.

Uma interpretação excessivamente restritiva, designadamente por parte dos supervisores, penaliza investimentos em capital, incluindo em capital de risco, e reduz retornos potenciais para os aforradores.

Ao clarificar este princípio, queremos criar condições para carteiras mais diversificadas, retornos mais elevados no longo prazo e, simultaneamente, mobilizar capital para financiar a economia europeia.

- O papel do setor financeiro

Gostaria agora de tecer algumas considerações sobre o papel do sector financeiro no seu conjunto, porque a transição para um modelo económico mais assente na poupança e no investimento de longo prazo exige uma mudança cultural profunda.

Desde sempre, a economia europeia dependeu fortemente do financiamento bancário tradicional. Esse modelo continuará a ser central, mas precisa de ser complementado por mercados de capitais mais eficientes e dinâmicos e por instrumentos de poupança de longo prazo mais adequados.

Neste esforço, o envolvimento de todo o sector financeiro é essencial.

As poupanças de longo prazo não são apenas benéficas para os cidadãos; são também estratégicas para o sistema financeiro. Contribuem para diversificar e reforçar as fontes de financiamento e reduzir a dependência excessiva do crédito bancário.

A evidência mostra que não há mercados de capitais desenvolvidos sem uma significativa presença da indústria de fundos de pensões.

Uma economia com mais poupança de longo prazo é uma economia mais resiliente, mais inovadora e com maior capacidade de gerar crescimento sustentável. Bancos, seguradoras, fundos de pensões e gestores de ativos têm aqui um interesse comum — e um papel decisivo a desempenhar.

- Reformas nacionais e o papel do próximo quadro financeiro

Permitam-me agora debruçar-me sobre a dimensão nacional, porque é aí que as reformas ganham vida concreta.

A União da Poupança e dos Investimentos não é um exercício teórico nem um projeto distante. É um enquadramento prático que deve apoiar escolhas políticas nacionais, respeitando plenamente as competências dos Estados Membros, mas criando incentivos claros para reformas sustentáveis.

E importa sublinhar que a verdadeira transformação acontece a nível nacional.

As reformas dos segundo e terceiro pilares podem e devem ser apoiadas pelos instrumentos europeus. O próximo Quadro Financeiro Plurianual e os novos planos nacionais, oferecem uma oportunidade concreta para incentivar alterações, como o desenvolvimento de *tracking systems* ou de *dashboards*, nesta área, se os Estados Membros priorizarem a utilização de fundos para estas áreas.

Além disso, estas dimensões poderão integrar futuras recomendações específicas por país, reforçando a coerência entre políticas económicas, sociais e financeiras.

- Conclusão

Antes de concluir, gostaria de regressar à dimensão humana deste debate.

Quando falamos de pensões, falamos de segurança, de dignidade e de confiança no futuro. Falamos da capacidade de cada cidadão planear a sua vida com previsibilidade e esperança.

Investir em pensões complementares é investir numa sociedade mais estável, mais coesa e mais preparada para enfrentar choques económicos e a evolução demográfica.

É também um investimento na competitividade europeia. Uma Europa que mobiliza poupança de longo prazo é uma Europa que investe mais, inova mais e cresce de forma mais sustentável.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As pensões são muito mais do que um tema para especialistas. São um investimento na qualidade de vida na reforma, na estabilidade social e no crescimento económico da Europa.

Durante demasiado tempo, a poupança de longo prazo foi marcada por uma excessiva aversão ao risco, resultante também da falta de oportunidades e de incentivos adequados. Mas sabemos que não há retorno sem risco — e que o verdadeiro risco é não investir, não diversificar e não preparar o futuro.

Garantir a existência de produtos simples, transparentes e bem regulados é a melhor forma de proteger os cidadãos, não afastando-os do risco, mas ajudando-os a geri-lo.

As pensões são um contrato intergeracional, um instrumento de inclusão e uma alavanca de crescimento económico.

Com a União da Poupança e dos Investimentos, queremos capacitar os cidadãos, fortalecer os mercados e apoiar a prosperidade europeia.

O nosso pacote de pensões complementares funciona em conjunto com as iniciativas em matéria de literacia financeira e de contas de poupança e investimento, criando mais oportunidades para os europeus pouparem para o futuro e contribuírem para uma sociedade mais robusta e confiante.

Hoje, colocamos à disposição instrumentos concretos para reforçar a participação nas pensões complementares. O sucesso dependerá da implementação a nível nacional e

do empenho conjunto de todos os intervenientes — governos, supervisores, sector financeiro e parceiros sociais.

Contamos com a ASF e com Portugal para transformar esta ambição em realidade.

Muito obrigada.